

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**  
**ADÃO MOROZINI JUNIOR**

**PACOTE ANTICRIME – LEI Nº 13.964, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019 –  
ATUAÇÃO DO AGENTE DISFARÇADO E A SÚMULA Nº 145 DO STF.**

**São Paulo**  
**2021**

ADÃO MOROZINI JUNIOR

PACOTE ANTICRIME – LEI Nº 13.964, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019 –  
ATUAÇÃO DO AGENTE DISFARÇADO E A SÚMULA Nº 145 DO STF.

Trabalho de Graduação Interdisciplinar  
apresentado como requisito para  
obtenção do título de Bacharel no Curso  
de Direito da Universidade Presbiteriana  
Mackenzie.

Orientador: Prof. Marcelo Luiz Barone

São Paulo

2021

ADÃO MOROZINI JUNIOR

PACOTE ANTICRIME – LEI Nº 13.964, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019 –  
ATUAÇÃO DO AGENTE DISFARÇADO E A SÚMULA Nº 145 DO STF.

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para  
obtenção do título de Bacharel no Curso  
de Direito da Universidade Presbiteriana  
Mackenzie.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Marcelo Luiz Barone

---

Examinador (a):

---

Examinador (a):

*Dedico este trabalho à minha família, pelo  
suporte e apoio durante o curso.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço ao meu pai que me incentivou a terminar o curso, que por inúmeras vezes me fez acordar às 5 da manhã para não faltar à faculdade e chegar no horário.

Agradeço também às minhas irmãs pelo apoio. Agradeço à minha namorada pela compreensão, paciência e amor, além da minha sogra Maria Cristina uma pessoa ímpar.

Agradeço em especial a minha mãe “in memoriam” que foi embora ainda jovem, mas com certeza está feliz pela conquista do filho em algum lugar.

Aos meus colegas de Tribunal de Justiça, em destaque minha amiga Paula pela parceria durante esses anos, aos meus ex-colegas policiais civis, aos meus colegas de Mackenzie, em especial ao meu amigo Rodrigo que me acompanha nessa luta desde o 2º semestre noturno.

Aos professores e funcionários que fazem ou fizeram parte da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em especial aos professores que foram licenciados no semestre passado, incluindo meu ex-orientador professor Marco Antônio de Barros.

Ao meu orientador professor Marcelo Barone que me deu total liberdade para elaborar meu trabalho e me auxiliou prontamente quando precisei.

A todos os programas de incentivo ao acesso à Universidade, pois sem eles muitas pessoas não teriam condições de ingresso em uma Universidade renomada como o Mackenzie.

Por fim, agradeço a todos os policiais que lutam diariamente para combater esse mal chamado Tráfico de Drogas, sem nenhum amparo do governo e da grande maioria da população, no qual dão a suas próprias vidas para servir à sociedade, esses são verdadeiros Heróis! Meu muito obrigado!

**PACOTE ANTICRIME – LEI Nº 13.964, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019 –  
ATUAÇÃO DO AGENTE DISFARÇADO E A SÚMULA Nº 145 DO STF.**

*Adão Morozini Junior<sup>1</sup>*

*Marcelo Luiz Barone<sup>2</sup>*

**RESUMO**

O Presente artigo tem como objetivo discutir acerca das novidades inseridas do pacote anticrime Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 – dentre elas o surgimento de uma nova figura, a do agente policial disfarçado que alterou dispositivos da Lei de drogas e ao estatuto do desarmamento, também trouxe consigo alguns questionamentos sobre sua legalidade, bem como um possível fim do flagrante preparado, diante das possíveis dúvidas que poderão surgir acerca do fim ou não da súmula 145 do STF, é relevante obter informações de que forma essa nova figura mudará no ordenamento jurídico, bem como se trará mais liberdade à conduta policial o que lhes conferirá mais segurança jurídica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pacote anticrime; Agente policial disfarçado; Flagrante Preparado;

---

<sup>1</sup> Acadêmico em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Escrevente técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo.

<sup>2</sup> Orientador: Graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Ex Delegado de Polícia do Departamento de Homicídios e proteção à pessoa. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em metodologia do ensino superior pela UniFmu. Professor concursado da Academia de polícia civil do Estado de São Paulo. Membro da comissão de segurança da OAB de São Paulo. Professor convidado da Escola Superior de Advocacia - ESA. Professor convidado do Departamento de Cultura e eventos da OAB/SP. Professor convidado da Escola Superior do Ministério Público. Professor convidado do Curso Superior de Polícia do Estado de São Paulo- CSP.

**ABSTRACT**

The purpose of this article is to discuss about the new features included in the anticrime package law number 13.964, of December 24, 2019 - among them the emergence of a new figure, that of the undercover police officer who changed the provisions of the Drug Law and the statute of the disarmament, also brought with it some questions about its legality, as well as a possible end of the flagrant prepared, given the possible doubts that may arise about the end or not of the summary 145 of the STJ, it is relevant to obtain information on how this new figure will change in the legal order, as well as more freedom to police conduct, which will give them more legal safety.

**KEYWORDS:** Anticrime Package; Undercover police officer; Flagrant Prepared;

**SUMÁRIO:** Introdução; 2 Conceito de Agente policial disfarçado; 3 Diferenças entre agente policial disfarçado e o agente policial infiltrado; 3 Mudanças no Estatuto do Desarmamento - Lei 10.826/2003; 4 Mudanças na Lei de drogas 11.343/2006; 5 Flagrante Preparado – Súmula 145 do Supremo Tribunal Federal; 6 Agente policial disfarçado e o flagrante preparado; Conclusão; Referências.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como escopo retratar a atuação de agentes disfarçados, figura introduzida em nosso ordenamento jurídico pela Lei nº 13.964 de 24 de dezembro de 2019<sup>3</sup> o chamado “pacote anticrime”, sendo este um importante meio para o combate ao tráfico de armas e drogas, bem como demonstrar que há uma linha tênue com uma possível ilegalidade das condutas destes agentes.

O referido tema é importante, pois com o aumento da criminalidade principalmente relacionadas aos crimes de tráfico de armas e de Drogas, sendo estas as principais fontes de renda de organizações<sup>4</sup>, acaba acarretando uma grande preocupação para o estado. Como consequência disso o legislador sentiu-se obrigado a fornecer mecanismos para coibir o crescimento destes crimes, instituindo a Lei 13.964/2019 que de certa forma preencheu uma ausência legislativa, trazendo consigo novas técnicas de obtenção de provas, além disso, o legislador procurou assegurar a eficácia do combate ao crime organizado, corrupção e crimes violentos como por exemplo o homicídio.

Verifica-se também que o legislador procurou inserir essa nova figura em resposta ao aprimoramento do crime de Tráfico de armas e drogas que se utilizam cada vez mais de artifícios para distribuição de pequenas quantidades de produtos ilícitos, os chamados “tráfico invisível” ou “tráfico formiguinha”.

No mais, o presente trabalho terá como objetivo identificar se o advento da lei anticrime e a inserção da figura do “agente disfarçado” poderá trazer uma possível resposta aos agentes policiais acerca da relativização do flagrante preparado, o que lhes trará maior segurança jurídica no combate à criminalidade.

---

<sup>3</sup> BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm). Acesso em: 15 out 2020.

<sup>4</sup> <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/correiod debate/mercadoilegal/2018/09/12/noticias-mercado-ilegal,705377/a-longa-cadeia-de-financiamento-dos-criminosos.shtml>. Acesso em 20 out 2020.

O método da pesquisa será o bibliográfico, sendo empregue uma estrutura dedutiva de raciocínio analisando dados atuais além de dispositivos legais.

## **1. Conceito de Agente Policial Disfarçado e sua inserção no Pacote Anticrime**

A Lei 13.964/19 pacote anticrime trouxe algumas inovações substanciais no que tange a legislação especial, dentre essas alterações estão no artigo 33, §1º, inciso IV, da Lei de Drogas e nos artigos 17, §2º e 18, Parágrafo Único, do Estatuto do Desarmamento, nesses institutos foi criada a figura do agente disfarçado, podemos definir o agente policial disfarçado como um policial que se faz passar por uma pessoa comum, ocultando a sua real identidade e sem se infiltrar em grupo criminoso e diante de possíveis condutas delituosas concretiza a materialidade do crime preexistente no momento em que o traficante de armas ou de drogas entrega ou vende o material ilícito a ao policial disfarçado, segundo o Delegado de Polícia Bruno Barcelos Lima conceitua agente disfarçado como:<sup>5</sup>

A figura do agente policial disfarçado como um modelo de técnica especial de investigação de atuação policial operacional, empregado em situações singulares, que envolveria uma mera campana policial e uma infiltração policial ou até mesmo uma ação controlada.

Em outra forma de dizer, a novel Lei 13.964/2019, intuitivamente conceitua e define a figura do agente policial disfarçado como o indivíduo que ocultando sua real identidade, se vale ostensivamente como um cidadão comum para coletar elementos probatórios (ou elementos informativos) que ilustrem a conduta delitiva preexistente do sujeito ativo, alvo do agente policial disfarçado.

O agente policial disfarçado, não se infiltra no meio criminoso e nem interfere na ação voluntária e consciente da conduta delitiva do autor dos fatos, alvo do agente policial disfarçado. Entendemos que esta técnica pode se apresentar como uma terceira modalidade de ação encoberta dos agentes estatais.

Para os professores Rogério Sanches Cunha, Ronaldo Batista Pinto e Renee do Ó Souza agente policial disfarçado é<sup>6</sup>:

Aquele que, ocultando sua real identidade, posiciona-se com aparência de um cidadão comum (não chega a infiltrar-se no grupo criminoso) e, a partir disso, coleta elementos que indiquem a conduta criminosa preexistente do sujeito ativo. O agente disfarçado ora em estudo não se insere no seio do

<sup>5</sup> LEITÃO JÚNIOR, Joaquim. LIMA, Bruno Barcelos. Coordenador: Renne do Ó Souza. A emblemática figura do agente policial disfarçado na Lei nº 13.964/2019 (Lei do Pacote Anticrime). In: Lei Anticrime: comentários à Lei 13.964/2019. Editora D' Plácido, 2020. p. 84.

<sup>6</sup> CUNHA, Rogério Sanches. Pacote Anticrime – Lei 13.964/2019: comentários às alterações no CP, CPP e LEP. 1ª edição, São Paulo: Juspodivm, 2020.

ambiente criminoso e tampouco macula a voluntariedade na conduta delitiva do autor dos fatos.

Cleber Masson define algumas características da figura do agente policial disfarçado inserida pelo pacote anticrime com os seguintes dizeres<sup>7</sup>:

O agente disfarçado atua independentemente de autorização judicial ou de prévia comunicação ao juízo e não investiga, necessariamente, ações praticadas por organizações criminosas. O agente disfarçado encobre a sua real identidade com o intuito de coletar informações que indiquem o envolvimento preexistente – e, por isso, voluntário – do investigado com o comércio irregular de armas e drogas, sem fazer nascer nele o intuito delitivo (ao contrário do que ocorre com o provocador). Ademais, o agente disfarçado não precisa manter o seu alvo sob vigilância perene

Desta forma, podemos definir o agente policial disfarçado como um policial que se faz passar por uma pessoa comum, ocultando a sua real identidade e sem se infiltrar em grupo criminoso e diante de possíveis condutas delituosas ele concretiza a materialidade do crime preexistente no momento em que o traficante de armas ou de drogas pratica um dos verbos contidos na lei de Drogas e de Armas.

Nota-se que o agente disfarçado apenas colhe elementos probatórios acerca uma eventual conduta criminosa preexistente, não há uma interferência direta, não há uma provocação por parte do policial, este apenas age de forma neutra.

Por fim, o legislador ao instituir a figura do agente policial disfarçado, deixou algumas lacunas que poderão ser objetos futuros de discussão doutrinária e jurisprudencial, vejo que as maiores dúvidas que poderão surgir, estão ligadas as seguintes perguntas: o que seriam os elementos probatórios de uma conduta criminal preexistente? Seria um inquérito policial ou uma investigação rotineira feito pela polícia judiciária? Quem pode ser o policial disfarçado? Polícia Judiciária ou Militar? A Figura do agente policial disfarçado caberia em outras modalidades de crimes? Essas são apenas algumas dúvidas que deverão pairar por um longo tempo, são problemas que serão objetos de discussão pela doutrina e jurisprudência, no entanto, o foco do presente artigo está relacionado acerca de um possível fim do flagrante preparado, o que veremos mais à frente.

---

<sup>7</sup> MASSON, Cleber; MARÇAL, Vinícius. Crime Organizado. 5. ed. Rio de Janeiro: Método, 2020. p. 334

## **2. Diferenças e comparações entre atuação do agente policial disfarçado, agente policial infiltrado e outras figuras.**

A figura do agente policial disfarçado, inovação na legislação especial penal instituída pela Lei. 13.964/19 – Lei Anticrime que alterou dispositivos no estatuto do desarmamento e na lei de drogas, não pode ser confundida com uma figura já conhecida, a do agente policial infiltrado, que está prevista na Lei nº 12.850/13, lei de Combate ao Crime Organizado.<sup>8</sup>

O agente policial disfarçado conforme já definido em tópico anterior não se infiltra na organização criminosa, não há qualquer envolvimento interno, mas tão somente verifica a conduta de um crime preexistente, e não há uma incitação ao indivíduo para que pratique o crime.

Por sua vez o agente infiltrado previsto nas Leis nº 12.850/13 Lei de Combate ao Crime organizado e Lei nº 9.613/1998 Lei de Lavagem de Capitais, há infiltração do agente com o fito de colher elementos probatórios para persecução penal, o agente deve ser treinado para tal ato, pois deverá interagir com criminosos de forma dissimulada, há um ganho de confiança aos membros das organizações, como se amigos fossem.

Outra diferença observada no caso do agente policial disfarçado é que não há necessidade de autorização judicial, já no caso do agente infiltrado a legislação prevê que a infiltração de agentes será representada pelo delegado de Polícia ou requerida pelo Ministério Público, no caso do da representação por parte do delegado será feita ao juiz, porém antes da decisão ouvirá o Ministério Público, já no Caso de requerimento pelo Ministério Público, o Delegado deverá se manifestar tecnicamente,

Além disso, não há um prazo legal para que o agente policial disfarçado atue, ao contrário do que acontece com o agente policial infiltrado previsto na Lei de combate ao crime organizado. o art. 10, § 4º, da Lei 12.850 estipula um prazo de 6 meses, podendo ser renovada, desde que comprovada a sua necessidade, no caso a infiltração virtual inserida pela Lei 13.964 (Lei anticrime) o prazo para segue sendo

---

<sup>8</sup> BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm). Acesso em: 22 out 2020.

o de 6 meses, porém com um adendo, ela previu um prazo de 720 dias, porém há duas correntes acerca se o prazo limite de 720 também seguirá para infiltração física, conforme o professor Zanella explica e cita o autor Renato Brasileiro<sup>9</sup>:

A primeira é a de que o prazo limitador da infiltração virtual (720 dias) deve se aplicar. Também, à infiltração física, cujo o prazo máximo não foi previsto na Lei 12.850/2013. É a simples aplicação, por analogia, do art. § 4º do art. 10. A (infiltração virtual) ao art. 10(infiltração física).

A segunda é a de que o legislador previu prazo máximo apenas para a infiltração virtual, justamente porque não seria adequado fixa-lo também para a infiltração física. Este é o posicionamento de Renato Brasileiro de Lima, para quem “desde que demonstrada a razoabilidade, o prazo para renovação da infiltração pode ser prorrogado enquanto persistir a necessidade de utilização da medida<sup>10</sup>.

Ainda conforme o professor as dilações de prazos serão objeto de apreciação judicial de adequação, necessidade e razoabilidade, além da imprescindibilidade de nova decisão circunstanciada e fundamentada.

Também em trecho de seu livro o Professor Everton Zanella faz uma breve comparação com os “*pseudo-achat*,” ação encontrada em doutrina americana conforme trecho que segue:

Observo que o agente policial disfarçado também se assemelha ao agente policial que atua nas chamadas *pseudo-achat* do sistema estadunidense (modalidade de *lightcover*). Embora possamos traduzir light cover como infiltração leves ou superficiais, a *pseudo-achat* não se equipara a infiltração de agentes do sistema brasileiro, porque não há a efetiva imersão no âmbito da organização criminosa, mas sim ato ou atos investigativos isolados, realizados por policial que dissimula condição de usuário de drogas para identificar traficantes.<sup>11</sup>

Por fim, alguns autores fazem outra comparação do agente policial disfarçado com o agente encoberto presente no direito português, citando o autor Manuel Augusto Alves Meireis, para o referido autor, a atuação do agente encoberto

<sup>9</sup> ZANELLA, Everton Luiz Zanella. Infiltração de Agentes e o Combate ao Crime Organizado. 2ª edição, São Paulo: Editora Juruá, 2020. p.245.

<sup>10</sup> LIMA, Renato Brasileiro de. Pacote anticrime – comentários à Lei 13.964/2019, artigo por artigo. Salvador: JusPodivm, 2020.p.557.

<sup>11</sup> ZANELLA, Everton Luiz Zanella. Infiltração de Agentes e o Combate ao Crime Organizado. 2ª edição, São Paulo: Editora Juruá, 2020. p.225

não deverá ter infiltração, e não há um ganho de confiança perante a organização criminosa, mas tão somente há uma colheita de informações investigativas<sup>12</sup>.

### 3 Mudanças no Estatuto do Desarmamento Lei 10.826/2003

A Lei 13.964/2019 ao inserir a figura do agente policial disfarçado alterou a Lei 10.826/2003 – Estatuto do Desarmamento<sup>13</sup> em duas partes, a primeira delas é o § 2º do art. 17<sup>14</sup>, que diz respeito a comercialização ilegal de armas de fogo.

Em suma é possível verificar que a parte inicial do § 2º do art. 17 diz incorre na mesma pena, ou seja, o criminoso será preso pela venda ou entrega da arma ao policial disfarçado, porém para que isso ocorra deverá existir elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente, o criminoso deverá praticar um dos verbos do caput do art. 17, nesse mesmo sentido Guilherme de Souza Nucci leciona em seu livro Pacote Anticrime Comentado<sup>15</sup>:

Como o próprio § 2º reconhece, deve haver elementos probatórios de condutas antecedentes como “adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar (estas figuras estão constando do caput do art. 17).

No entanto, o sujeito será preso exatamente pelo que ele buscou fazer: tentar vender a um policial disfarçado, como crime consumado. A lei é clara

<sup>12</sup> SOUZA, Renee do Ó; CUNHA, Rogério Sanches; LINS, Caroline de Assis e Silva Holmes. A nova figura do agente disfarçado prevista na Lei 13.964/2019. Publicado no dia 27 de dezembro de 2019 no Meusitejuridico.com.br Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2019/12/27/novafigura-agente-disfarcado-prevista-na-lei-13-9642019/>. Acesso em: 25 out 2020.

<sup>13</sup> BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.826.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm). Acesso em 25 out 2020.

<sup>14</sup> Art. 17. Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º .....

§ 2º Incorre na mesma pena quem vende ou entrega arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente.

<sup>15</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. Pacote Anticrime comentado. 1ª edição, São Paulo: Editora Gen, 2020.p.128/129

“incorre na mesma pena” quem vende ou entrega arma de fogo (...) a policial disfarçado.

De maneira semelhante ao art. 17 o parágrafo único do art. 18<sup>16</sup> traz consigo a figura do agente policial disfarçado, porém dessa vez relacionado ao crime de Tráfico internacional de arma de fogo.

Veja que a redação do art. 18 parágrafo único revela que o autor do delito também será punido pela venda ou entrega da arma, porém o criminoso deverá ter praticado um dos verbos do caput, importar, exportar, favorecer (situações pretéritas) ou seja, os elementos probatórios razoáveis de uma conduta criminal deverão estar presentes.

#### **4 Mudança na Lei de Drogas Lei 11.343/2006**

Igualmente ao Estatuto do desarmamento, a Lei 13.964./2019 alterou a Lei 11.343/2006 - Lei de Drogas <sup>17</sup>, no qual foi acrescentado o inciso IV, no § 1º do artigo 33<sup>18</sup>.

Semelhante ao que ocorre no Estatuto do desarmamento, o artigo acima remete a ideia que o traficante de Drogas será preso pela venda ou entrega da arma ao policial disfarçado, e não pelos verbos contidos no Caput do art. 33, estes apenas demonstrarão em tese que o criminoso já vem praticando o delito (Crime preexistente - pretérito).

---

<sup>16</sup> Art. 18. Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 16 (dezesesseis) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem vende ou entrega arma de fogo, acessório ou munição, em operação de importação, sem autorização da autoridade competente, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente.

<sup>17</sup> BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm) acesso em: 29 out 2020.

<sup>18</sup> Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

IV - Vende ou entrega drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente.

## 5 Flagrante Preparado – Súmula 145 do Supremo Tribunal Federal.

Antes de adentrarmos a questão polêmica acerca da inserção da figura do agente policial disfarçado e o possível fim da súmula 145, será necessário tomar conhecimento do que se trata a súmula 145 do Supremo Tribunal Federal<sup>19</sup>, em seu texto literal diz: “Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação”, ou seja, trata-se de uma situação de crime impossível, previsto no Código Penal <sup>20</sup>em seu artigo 17<sup>21</sup> e estamos diante de uma situação de flagrante preparado.

Entende-se que para que ocorra o flagrante preparado deve haver a instigação de alguém, seja um policial ou de um particular, esse ato estimulará o agente criminoso para que pratique o delito, o intuito dessa artimanha é que o resultado fim seja a prisão em flagrante do sujeito, nas palavras do professor Renato Brasileiro<sup>22</sup>:

O suposto autor do delito não passa de um protagonista inconsciente de uma comédia, cooperando para a ardilosa averiguação da autoria de crimes anteriores, ou da simulação da exterioridade de um crime.

O Professor Nucci define o flagrante Preparado como obra do agente provocador<sup>23</sup>, conforme segue:

Trata-se de um arremedo de flagrante, ocorrendo quando um agente provocador induz ou instiga alguém a cometer uma infração penal, somente para assim poder prendê-lo. Trata-se de crime impossível (art. 17, CP), pois inviável a sua consumação. Ao mesmo tempo em que o provocador leva o provocado ao cometimento do delito, age em sentido oposto para evitar o resultado. Estando totalmente na mão do provocador, não há viabilidade para a constituição do crime.

<sup>19</sup>BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 145. Disponível em:

<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula145/false>. Acesso em 03 nov 2020.

<sup>20</sup>BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em 07 nov 2020.

<sup>21</sup> Art.17 Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime”,

<sup>22</sup> LIMA, Renato Brasileiro de. Súmulas Criminais do STF e do STJ comentadas. 3. Ed. Juspodivum, 2020. p. 65.

<sup>23</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 354 p.

Nota-se que a obra do agente provocador é manifestamente ilegal, e a prisão do agente delituoso deverá ser relaxada imediatamente pelo judiciário.

Por outro lado, devemos nos atentar quando há crimes envolvendo tráfico de drogas, a situação do flagrante preparado se diferencia das demais, nestes casos trata-se de um crime permanente art. 303 do Código de Processo Penal<sup>24</sup>, além disso o Tráfico de drogas traz em seu caput em seu *caput* 18 núcleos verbais, ou seja, o crime irá se concretizar quando o agente delituoso praticar qualquer das ações descritas nos verbos incidirá somente um delito, estamos diante de um tipo penal misto alternativo ou de conteúdo variado, nada obstante, mesmo incidindo apenas um delito no momento de ser realizado a dosimetria da pena ao criminoso, será levado em conta todas as condutas praticadas pelo sujeito<sup>25</sup>, conforme art.59, caput, do Código Penal.<sup>26</sup>

Para exemplificar o que foi dito acima, imaginamos a situação de um policial que se passe por usuário de Drogas e simule a compra de Cocaína de um traficante, chegando no local esse policial repara que no local da venda, em seu interior funciona uma refinaria para a confecção de drogas, contendo balanças, além de diversos apetrechos, no nosso exemplo o policial solicita uma quantidade de droga ao traficante, no exato momento que o traficante entrega a droga, o policial dá voz de prisão, repare que nesse caso a prisão pela venda da droga é ilegítima por se tratar de um flagrante preparado, porém quanto a fabricação das drogas não foi objeto da ação policial, não houve um induzimento para que o traficante tivesse um local para a fabricação das drogas, portanto o traficante será preso pelo crime de fabricar, produzir, etc, nesse sentido há diversos julgados afastando a situação de flagrante preparado quanto ao crime de tráfico de drogas, conforme segue:

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO  
CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL.  
VIOLAÇÃO AO SISTEMA

<sup>24</sup> Art. 303. Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.” (NR) (BRASIL. Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941). Código de Processo Penal: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acesso em 14 nov 2020.

<sup>25</sup> MASSON, Cleber; MARÇAL, Vinícius. Lei de Drogas Aspectos penais e processuais. 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2018. p. 36

<sup>26</sup> Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. TRÁFICO INTERESTADUAL DE DROGAS. FLAGRANTE PREPARADO. INEXISTÊNCIA. EIVA INEXISTENTE.

1. No flagrante preparado, a polícia provoca o agente a praticar o delito e, ao mesmo tempo, impede a sua consumação, cuidando-se, assim, de crime impossível, ao passo que no flagrante forjado a conduta do agente é criada pela polícia, tratando-se de fato atípico. 2. No caso dos autos, embora uma policial tenha simulado ser a corré que entregaria para os pacientes a substância entorpecente transportada no ônibus e a transação não haver se consumado em razão da prisão em flagrante dos acusados, o certo é que, antes mesmo do referido fato, o crime de tráfico já havia se consumado em razão de os denunciados terem trazido consigo e transportado a droga entre dois Estados da Federação, conduta que, a toda evidência não foi instigada ou induzida pelos agentes, o que afasta a mácula suscitada na impetração. Precedentes do STJ e do STF. (HC 340615/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 04/05/2018)<sup>27</sup>

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO EM SEDE DE APELAÇÃO. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. FLAGRANTE PREPARADO. NÃO OCORRÊNCIA. DELITO JÁ CONSUMADO ANTERIORMENTE. FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. REINCIDÊNCIA. AGRAVANTE. NEGATIVA DE APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI Nº 11.343/06. BIS IN IDEM. NÃO OCORRÊNCIA. REGIME DIVERSO DO FECHADO. IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE REINCIDENTE. NÃO CONHECIMENTO.

O flagrante preparado apresenta-se quando existe a figura do provocador da ação dita por criminosa, que se realiza a partir da indução do fato, e não quando, já estando o sujeito compreendido na descrição típica, a conduta se desenvolve para o fim de efetuar o flagrante. Na espécie, inexistente flagrante ilegalidade, porquanto a imputação é explícita quanto à realização do verbo nuclear "guardar" entorpecentes, conduta que não foi estimulada pelos policiais, sendo despidianda eventual indução da mercancia pelos agentes. (HC 290663/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 04/12/2014, DJe 17/12/2014).<sup>28</sup>

<sup>27</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (5ª turma) Habeas Corpus nº 340615/SP. Rel. Min Jorge Mussi. Julgado em 24 abr. de 2018. Publicado em 04 mai de 2018. Disponível em <https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=%28%28%22HC%22.CLAP.+E+%40NUM%3D%22340615%22%29+OU+%28%22HC%22+ADJ+%22340615%22.SUCE.%29%29&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO>. Acesso em 15 dez. 2020

<sup>28</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6ª turma) Habeas Corpus nº 290663/SP. Rel. Min Maria Thereza de Assis Moura. Julgado em 04 dez. de 2014. Publicado em 17 abr de 2014. Disponível em [https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=\(\(%27HC%27.clap.+e+@num=%27290663%27\)+ou+\(%27HC%27+adj+%27290663%27.suce.\)\)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja](https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=((%27HC%27.clap.+e+@num=%27290663%27)+ou+(%27HC%27+adj+%27290663%27.suce.))&thesaurus=JURIDICO&fr=veja). Acesso em 15 dez. 2020.

Nesse sentido o STJ editou o livro de teses de nº 120, que fixou 11 teses referentes ao tema prisão em flagrante, em especial ao item 2 que remete Flagrante preparado e o crime de tráfico de drogas, conforme segue o enunciado: “O tipo penal descrito no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 é de ação múltipla e de natureza permanente, razão pela qual a prática criminosa se consuma, por exemplo, a depender do caso concreto, nas condutas de “ter em depósito”, “guardar”, “transportar” e “trazer consigo”, antes mesmo da atuação provocadora da polícia, o que afasta a tese defensiva de flagrante preparado<sup>29</sup>.”

## **6 - Agente policial disfarçado e o flagrante preparado**

O legislador verificando a dificuldade de agentes estatais ao combate e repressão ao tráfico de armas de fogo ou drogas aonde a maioria das vezes a prisão do criminoso pelo policial se tornava nula ou abusiva ensejando o relaxamento da prisão, instituiu em nossa legislação extravagante a figura do agente policial disfarçado, que de certa forma mitigou o flagrante preparado.

Entende-se que a Lei somente diminui a possibilidade de uma eventual conduta ilegal por parte do policial, e que não há o que se falar em extinção da Súmula 145 do STF, neste contexto o professor Everton Zanella<sup>30</sup> explica:

Em nossa concepção, não deixou de existir a figura do agente provocador, tampouco a figura o flagrante preparado. Longe disso. São Institutos importantes para preservarmos a validade da prova e do flagrante, de forma que segue inteiramente vigente a Súmula 145 do STF. Porém, houve, para os três tipos penais alterados pela Lei 13.964/2019, uma certa mitigação da teoria dominante de que qualquer ação policial no sentido de comprar ou receber a droga ou o armamento do traficante é ilícita. Com a entrada em vigor em vigor do pacote anticrime, passou a ser lícita (e estar em compasso com a jurisprudência norte-americana) a dissimulação do policial em se passar por um usuário de entorpecentes ou alguém interessado na compra de armas, para prender em flagrante o criminoso, desde que haja elementos probatórios razoáveis de conduta criminal antecedente.

<sup>29</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência em teses. Edição nº 120. Publicado em 08 de mar 2018. Disponível em

[https://scon.stj.jus.br/docs\\_internet/jurisprudencia/jurisprudenciaemteses/Jurisprudencia%20em%20Teses%20120%20-%20Da%20Prisao%20em%20Flagrante.pdf](https://scon.stj.jus.br/docs_internet/jurisprudencia/jurisprudenciaemteses/Jurisprudencia%20em%20Teses%20120%20-%20Da%20Prisao%20em%20Flagrante.pdf). Acesso em 15 dez. 2020

<sup>30</sup> ZANELLA, Everton Luiz Zanella. Infiltração de Agentes e o Combate ao Crime Organizado. 2ª edição, São Paulo: Editora Juruá, 2020. p.226.

Segundo o autor David Metzker os novos dispositivos da lei anticrime no que se refere ao agente policial disfarçado teve como objetivo amenizar a súmula 145 do STF, em que a preparação de flagrante por parte do agente policial torna-se impossível conforme artigo 17 do código penal.<sup>31</sup>

O Professor Guilherme Nucci por sua vez entende que além dessa nova figura do Policial disfarçado querer contornar o crime impossível, ela evita que ato criminoso seja considerado apenas uma tentativa, conforme segue trecho de seu livro<sup>32</sup>:

Como já inserido na Lei de Armas, busca-se contornar a figura do crime impossível (ar. 17,CP) e também evitar que o delito, quando quem recebe a droga, matéria prima, insumo ou produto químico é o policial disfarçado seja considerado apenas uma tentativa.

Com a modificação legal, torna-se viável a prisão pela venda ou entrega ao policial disfarçado, não configurando crime impossível – algo que o legislador pode excepcionar por lei – permitindo, inclusive, a consideração de ter ocorrido delito consumado.

Por outro lado, há duras críticas quanto a inserção da figura do agente disfarçado em nosso ordenamento jurídico, para alguns autores esse dispositivo seria somente um desejo punitivo do estado em combater a criminalidade a qualquer custo, nesse mesmo sentido a autora Soraia da Rosa Mendes discorre em seu livro “Comentários Críticos à Lei 13.964/2019, conforme trecho que segue<sup>33</sup>:

Note-se, ademais que, em ambos os dispositivos que tratam do agente disfarçado fazem referência à hipótese na qual estejam “presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente”. Dando a entender que “conduta criminal preexistente” se liga a fatos passados e não a conduta atual do agente, que continuaria a consubstanciar um crime impossível. Sendo inadmissível, por outro lado, que a prova da suposta “conduta criminal preexistente” se limite a “elementos probatórios razoáveis”. Dúvida razoável não é prova!

Em síntese, a figura do agente disfarçado trata-se de um subterfúgio prenhe do desejo punitivo a qualquer custo, sendo de duvidosa constitucionalidade qualquer resultado investigativo que dele resulte diretamente ou que de sua contribuição ainda que indiretamente tenha dependido.

---

<sup>31</sup> METZKER, David. Lei Anticrime – Comentários às Modificações no CP, CPP, LEP, Lei de Drogas e Estatuto do Desarmamento.: Cia do Ebook, 2020

<sup>32</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. Pacote Anticrime comentado. 1ª edição, São Paulo: Editora Gen, 2020.p.128/129

<sup>33</sup> MENDES, Soraia da Rosa. Pacote Anticrime comentários críticos à Lei 13.964/2019. 1ª edição, São Paulo: Editora Gen, 2020.p.207.

De forma semelhante a posição da autora acima, o autor Vinicius Assumpção afirma que no momento em que há elementos probatórios razoáveis para a prática da conduta criminal, o estado deveria intervir, de forma que as autoridades ao tomarem conhecimento de alguma atividade criminosa, deveriam no ato prender o criminoso, sendo que não há uma necessidade posterior de induzir/estimular a prática do crime, ou senão estaríamos de um flagrante de um flagrante esperado, afirma ainda que a instituição da figura do policial disfarçado é uma forma desleal e antiética para realizar a persecução penal.<sup>34</sup>

Quando o legislador inseriu a nova figura do agente policial disfarçado, ele colocou o criminoso em duas situações distintas quanto ao flagrante, primeiramente relacionada ao livro de teses nº 120 do STJ, no qual informa que não haverá flagrante preparado no crime de tráfico de drogas em algumas situações, nesse contexto o agente criminoso vende drogas ao policial, caso a prisão fosse efetuada, esta seria ilegal pois o policial induziu o criminoso a realizar a venda, porém, caso o traficante já trazia consigo a droga ou armazenava em sua residência, ou seja, fatos pretéritos, faz com que a prisão do criminoso seja legal, não pela sua venda que de fato se torna uma prisão ilegal, mas por uma das condutas pretéritas, no caso em questão o armazenamento das drogas.

Por conseguinte, a segunda situação refere-se ao agente policial disfarçado efetuando a prisão de um traficante de drogas, nesses casos, o criminoso que vende a droga será preso pela venda, mas para que isso ocorra deverá ter uma eventual conduta criminosa preexistente, por exemplo, uma investigação policial que vem sendo realizada durante alguns meses, na qual os policiais identificam que em certa localidade há comercialização de drogas e armas, os policiais dirigem-se ao local disfarçadamente e quando o traficante realiza a venda da droga ou arma ao policial disfarçado, este dá voz de prisão em flagrante ao traficante, repare que não há ilegalidade na prisão, pois há uma investigação em andamento que anteriormente identificou que o local já era conhecido pelo comércio ilegal de drogas, ou seja, há uma “conduta criminosa preexistente”, tornando a prisão pela venda da droga legal, não ocorrendo a situação de flagrante preparado.

---

<sup>34</sup> ASSUMPÇÃO, Vinicius. Pacote anticrime: comentários à Lei n. 13.964/2019. São Paulo: Saraiva, 2020. p.181

Concluindo os pontos percorridos acima, verifica-se que a possibilidade em que o agente criminoso ser preso em flagrante e ter sua prisão relaxada por abuso do agente policial tornou-se algo raro, pois de certa forma ele será preso em flagrante pelas duas situações acima informadas nos parágrafos anteriores, ou pela venda caso a prisão seja realizada pelo agente policial disfarçado desde que presentes os elementos razoáveis de uma conduta preexistente, ou por algum dos 18 verbos presentes no caput do art. 33 da Lei de drogas, no qual o agente criminoso será preso por uma das condutas pretéritas a venda, como por exemplo: armazenar, fabricar, etc.

## CONCLUSÃO

Podemos concluir que a lei Federal nº 13.964/2019 Lei Anticrime, ao instituir a figura do agente policial disfarçado nas leis de drogas e de armas, de certa forma relativizou o prescrito na súmula 145 do STF, garantido que agentes policiais atuem em acordo com a legislação sem o receio de cometimento de eventuais abusos, ressaltando também que a figura do agente policial disfarçado veio para dar amparo à atuação das forças de segurança, no sentido de fornecer mais liberdade à conduta policial para realização de prisões em estado flagrancial.

Outrossim, o aumento da criminalidade desenfreada principalmente relacionada a crimes gravíssimos como o de drogas e de armas combinado com a impunidade de criminosos, foi de suma importância a alteração legislativa.

Conclui-se também que deverá haver uma diminuição significativa acerca de uma eventual prisão ilegal ou abuso por parte do policial em relação ao crime de tráfico de drogas em armas.

Por fim, podemos considerar que é apenas um começo para o combate à criminalidade, porém não deixa de ser pequeno avanço, pois num futuro próximo estas técnicas de investigação poderão ser aplicadas em outras infrações penais, não só aos crimes de drogas e armas, além disso há muita coisa a ser discutida, inclusive quanto à inclusão da figura do agente policial disfarçado em crimes cibernéticos, talvez seja muito interessante a inserção do agente disfarçado nesse ambiente, ainda mais por estarmos vivendo um momento de pandemia e isolamento social o que torna o uso da tecnologia muito comum entre a população, no entanto o crescimento do ambiente virtual acaba tornando um local propício para que *Hackers*

utilizem essa plataforma para o cometimento de crimes<sup>35</sup>, daí que surge a necessidade da figura do agente policial disfarçado atuando nessas situações.

No mais, em que pese as lacunas apresentadas no novo texto de lei e diante de ideias que poderão surgir acerca da inserção figura do agente policial disfarçado em outros crimes, não nos resta dúvidas que tal figura será amplamente discutida tanto pela doutrina, quanto pelo judiciário.

## REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Vinícius. Pacote anticrime: comentários à Lei n. 13.964/2019. São Paulo: Saraiva, 2020.

BRASIL. Decreto- Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em : < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 07 nov. 2020

BRASIL. Decreto- Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código PROCESSUAL Penal. Disponível em : < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm)>. Acesso em: 14 nov. 2020

BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.826.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm). Acesso em: 25 out 2020.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm) Acesso em: 29 out 2020.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm). Acesso em: 22 out 2020.

BRASIL, Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, Lei do pacote anticrime Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm) Acesso em: 15 out 2020.

---

<sup>35</sup><https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/08/04/interpol-alerta-para-crescimento-de-crimes-virtuais-durante-a-pandemia.ghtml> Acesso em: 03 mar 2021

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 145. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula145/false>. Acesso em: 15 dez 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (5ª turma) Habeas Corpus nº 340615/SP. Rel. Min Jorge Mussi. Julgado em 24 abr. de 2018. Publicado em 04 mai de 2018. Disponível em <https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=%28%28%22HC%22.CLAP.+E+%40NUM%3D%22340615%22%29+OU+%28%22HC%22+ADJ+%22340615%22.SUCE.%29%29&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO>. Acesso em: 15 dez.2020

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6ª turma) Habeas Corpus nº 290663/SP. Rel. Min Maria Thereza de Assis Moura. Julgado em 04 dez. de 2014. Publicado em 17 abr de 2014. Disponível em [https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=\(\(%27HC%27.clap.+e+@num=%27290663%27\)+ou+\(%27HC%27+adj+%27290663%27.suce.\)\)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja](https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=((%27HC%27.clap.+e+@num=%27290663%27)+ou+(%27HC%27+adj+%27290663%27.suce.))&thesaurus=JURIDICO&fr=veja). Acesso em : 15 dez. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência em teses. Edição nº 120. Publicado em 08 de mar 2018. Disponível em [https://scon.stj.jus.br/docs\\_internet/jurisprudencia/jurisprudenciaemteses/Jurisprudencia%20em%20Teses%20120%20-%20Da%20Prisao%20em%20Flagrante.pdf](https://scon.stj.jus.br/docs_internet/jurisprudencia/jurisprudenciaemteses/Jurisprudencia%20em%20Teses%20120%20-%20Da%20Prisao%20em%20Flagrante.pdf). Acesso em 10 jan. 2021

Correio Brasiliense -

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/correiodebate/mercadoilegal/2018/09/12/noticias-mercado-ilegal,705377/a-longa-cadeia-de-financiamento-dos-criminosos.shtml>.

Acesso em: 20 out. 2020.

CUNHA, Rogério Sanches. Pacote Anticrime – Lei 13.964/2019: comentários às alterações no CP, CPP e LEP. 1ª edição, São Paulo: Juspodivm, 2020

LEITÃO JÚNIOR, Joaquim. LIMA, Bruno Barcelos. Coordenador: Renne do Ó Souza. A emblemática figura do agente policial disfarçado na Lei nº 13.964/2019 (Lei do Pacote Anticrime). In: Lei Anticrime: comentários à Lei 13.964/2019. Editora D'Plácido, 2020.

LIMA, Renato Brasileiro de. Pacote anticrime – comentários à Lei 13.964/2019, artigo por artigo. Salvador: JusPodivm, 2020.

LIMA, Renato Brasileiro de. Súmulas Criminais do STF e do STJ comentadas. 3. Ed. Juspodivum, 2020.

MASSON, Cleber; MARÇAL, Vinícius. Lei de Drogas Aspectos penais e processuais. 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2018.

MASSON, Cleber; MARÇAL, Vinícius. Crime Organizado. 5. ed. Rio de Janeiro: Método, 2020.

MENDES, Soraia da Rosa. Pacote Anticrime comentários críticos à Lei 13.964/2019. 1ª edição, São Paulo: Editora Gen, 2020.

METZKER, David. Lei Anticrime – Comentários às Modificações no CP, CPP, LEP, Lei de Drogas e Estatuto do Desarmamento.: Cia do Ebook, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. Pacote Anticrime comentado. 1ª edição, São Paulo: Editora Gen, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SOUZA, Renee do Ó; CUNHA, Rogério Sanches; LINS, Caroline de Assis e Silva Holmes. A nova figura do agente disfarçado prevista na Lei 13.964/2019. Publicado no dia 27 de dezembro de 2019 no Meusitejurídico.com.br Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2019/12/27/novafigura-agente-disfarcado-prevista-na-lei-13-9642019/>. Acesso em: 25 out. 2020

VALOR ECONÔMICO - <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/08/04/interpol-alerta-para-crescimento-de-crimes-virtuais-durante-a-pandemia.ghtml> Acesso em: 03 mar 2021

ZANELLA, Everton Luiz Zanella. Infiltração de Agentes e o Combate ao Crime Organizado. 2ª edição, São Paulo: Editora Juruá, 2020.



## **TERMO DE AUTENTICIDADE DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Eu, Adão Morozini Junior, Aluno, regularmente matriculado, no Curso de Direito, na disciplina do TCC da 10ª etapa, matrícula nº 31588166, Período matutino, Turma B, tendo realizado o TCC com o título:

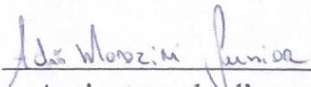
### **PACOTE ANTICRIME – LEI Nº 13.964, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019 –ATUAÇÃO DO AGENTE DISFARÇADO E A SÚMULA Nº 145 DO STF**

sob a orientação do(a) professor(a): Marcelo Luiz Barone

Declaro para os devidos fins que tenho pleno conhecimento das regras metodológicas para confecção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), informando que o realizei sem plágio de obras literárias ou a utilização de qualquer meio irregular.

Declaro ainda que, estou ciente que caso sejam detectadas irregularidades referentes às citações das fontes e/ou desrespeito às normas técnicas próprias relativas aos direitos autorais de obras utilizadas na confecção do trabalho, serão aplicáveis as sanções legais de natureza civil, penal e administrativa, além da reprovação automática, impedindo a conclusão do curso.

São Paulo, 19 de maio de 2021.

  
Assinatura do discente



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DO TRABALHO DE  
CONCLUSÃO DE CURSO**

Material Bibliográfico: ( X ) Artigo Científico ( ) Monografia

Graduação em Direito

Título do Trabalho: PACOTE ANTICRIME – LEI 13.964, DE 24 DE  
DESEMBRO DE 2019 – ATUAÇÃO DO AGENTE DISFARÇADO E A  
SÚMULA Nº 145 DO STF.

Nome do Autor(a): ADÃO MOROZINI JUNIOR

E-mail: A MOROZINI@HOTMAIL.COM

Este e-mail pode ser divulgado ( X ) SIM ( ) NÃO

Orientador(a): MARCELO LUIZ BARONE

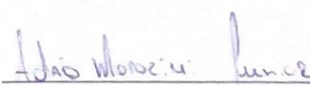
Na qualidade de titular dos direitos autorais da publicação supracitada, de acordo com a Lei nº 9.610/98, ( X ) AUTORIZO ( ) NÃO AUTORIZO a Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM, a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o documento, em meio eletrônico, no *site* da base de dados Adelpha, para fins de leitura pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade, a partir desta data. Igualmente, declaro que a versão do Trabalho de Conclusão de Curso entregue em meio eletrônico corresponde fielmente e na íntegra à versão similar depositada de forma impressa em papel para a defesa ou apresentação.

Motivos no Caso de Não Autorização

( ) Exigência de periódico de não divulgação até a publicação (exige justificativa, informe e nome do periódico)

( ) Outros (justificar): \_\_\_\_\_

São Paulo, 19 de maio de 2021.

  
Assinatura do(a) Autor(a)